

LEI COMPLEMENTAR Nº28/2015

Institui a “Gratificação Hórus” Por Exercício da Atividade no Programa QUALIFAR-SUS no Âmbito do Município de Angelina.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a “*Gratificação Hórus*” por Exercício de atividade no Programa QUALIFAR-SUS, para os servidores que realizem o serviço de conectividade para a utilização do sistema HÓRUS e outros sistemas, com ações de assistência farmacêutica na atenção básica, fornecendo e lançando todos os dados exigidos para tal sistema.

Art. 2º. A “*Gratificação Hórus*” por Exercício de Atividade no Programa QUALIFAR-SUS é vantagem pecuniária que poderá ser concedida aos servidores em exercício no Município de Angelina, que realizem o desenvolvimento de atividades nas ações de assistência farmacêutica na atenção básica, compreendendo os sistemas, coleta de dados, dispersão, pagamentos e demais ações pertinentes ao programa.

Art. 3º. A concessão da Gratificação ao programa “Hórus”, paga mensalmente, será formalizada por meio de Portaria, emitida pelo Prefeito Municipal, considerados os seguintes valores:

- I. R\$ 700,00 (*setecentos reais*) para os servidores que tenham escolaridade de nível superior;
- II. R\$ 450,00 (*quatrocentos e cinquenta reais*) para os servidores que tenham escolaridade de nível médio,

§1º. A “*Gratificação Hórus*” por Exercício no Programa QUALIFAR-SUS será devida apenas enquanto houver o repasse financeiro oriundo do Ministério da Saúde ao Município, no que se refere ao programa, de acordo com as competências mensais.

§2º. Os valores constantes nos incisos do caput deste artigo poderão ser corrigidos anualmente por ato do Prefeito Municipal, condicionada à prévia disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 4º. A “*Gratificação Hórus*” por Exercício no Programa QUALIFAR-SUS:

I. Terá pagamento mensal, junto com o salário-base, dele se destacando;

II. Não se incorporará ao salário-base para nenhum efeito, não sendo devida por ocasião de eventuais licenças e gratificação natalina, na forma da legislação;

III. Não servirá de base para cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem.

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, considera-se salário-base a retribuição pecuniária devida ao servidor público pelo exercício efetivo, correspondente a nível fixado em lei ou ato legal, sem qualquer acréscimo de vantagens.

Art. 6º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal, consignados à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente com recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, conforme Portarias regulamentadoras do respectivo repasse financeiro.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 02 de Junho de 2015

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal